



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

MARCOS HISTÓRICOS DE UMA CERTA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO ¹

Luis Felipe Silveira^{2,3}, luisfelipe.silveira@gmail.com

Fabiana Gazzotti Mayboroda², f.mayboroda@gmail.com

Marco Paulo Stigger², stigger.mp@gmail.com

Augusto Dotto², adotto@unisinos.br

Thiago Milan², thiago.milan@ufrgs.br

RESUMO

Por meio de quatro marcos históricos, selecionados a partir de dados da literatura, buscamos compreender os contornos atribuídos às políticas públicas de esporte e de lazer em Porto Alegre. Consideramos, para além dos projetos de governo, que há uma política pública de Estado no campo do esporte e do lazer em Porto Alegre.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Esporte; Lazer.

INTRODUÇÃO

O ano de 2017 foi, devido à extinção da Secretária Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre (SME), um momento ‘provocativo’ para o debate acadêmico no GTT de Políticas Públicas do CBCE. Especialmente pelo o significado que tal secretaria representa para as políticas públicas de esporte e de lazer. Seu acumulado histórico tencionou, por diversas vezes, as formas de pensarmos essas políticas.

Nesse contexto, e no sentido de localizar outras pesquisas em desenvolvimento acerca do caso da SME, começamos a fazer uma busca histórica para entender como as políticas públicas de esporte e de lazer foram se constituindo em Porto Alegre. Olhando para essa trajetória, que inicia com uma política que se materializou nos Jardins de Recreio na década de 1920 e persiste, mesmo após a extinção da SME, se materializando em parques e praças, e outros espaços. Há como negar que essa política é de Estado? Nos questionamos, então, quais são os contornos dessa política?

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do Centro de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (Rede CEDES-RS).

² Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF/UFRGS)

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

Assim motivados, tentaremos trazer elementos para pensarmos como a construção do que entendemos hoje como políticas públicas de esporte e de lazer foi sendo significada a partir de diferentes marcos históricos.

METODOLOGIA

Utilizaremos a noção de marcos históricos, por considerarmos que foi difícil sistematizar quase um século de história em poucos parágrafos, tendo em vista os limites deste resumo.

Portanto, foram selecionadas pesquisas que abordaram de alguma maneira como esta política pública foi sendo implementada e significada. Nossas reflexões partem de uma revisão bibliográfica sobre o Serviço de Recreação Pública em Porto Alegre e como esse serviço foi sendo incorporado nas políticas públicas do município.

Consideramos que os marcos selecionados, com suas particularidades, ajudam a desenhar o que hoje entendemos e discutimos como políticas públicas de esporte e de lazer em Porto Alegre.

MARCO UM

No bojo de uma trama social que justificou a importância da recreação pública e dos Jardins de Recreio, por meio da intenção de propiciar às crianças ocupações ‘sãs’, com atividades que beneficiassem a saúde, a cidadania e a moralidade; inaugura-se, em 1926 o primeiro Jardim de Recreio. Tratava-se de pensar a infância, desde a mais tenra idade, fomentando hábitos saudáveis e eliminando atitudes insalubres; resguardar as crianças da debilidade e das moléstias, construir e gerar um sistema de ação colaborativa capaz de conduzir os infantes para uma vida de prevenção e preservação. Esses eram os objetivos que faziam parte da incumbência do Estado em relação às suas intervenções no começo do século XX. Portanto, tais objetivos fomentaram a criação e a permanência do Serviço de Recreação Pública da cidade de Porto Alegre (MAYBORODA, 2017).

Amaral (2001a), busca compreender a constituição dos espaços e vivências públicas de lazer em Porto Alegre no período que vai de 1900 a 1930. Segundo a autora, entre 1920 e 1930, a cidade passava por um movimento de busca da modernidade urbana, consequência do



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

contexto político, social e econômico por qual o Brasil, e a capital gaúcha, estava passando (PESAVENTO, 1999). A autora ainda acrescenta que foi neste período que surgiu, pela primeira vez, a preocupação direta e explicitada com políticas públicas que atendessem ao espaço de não-trabalho, o que estava marcado por modelos higienistas e positivistas (AMARAL, 2001a).

Nessa configuração social aparece Frederico Guilherme Gaelzer, esse que protagonizou o processo de planejamento e implementação dos Jardins de Recreio (MAYBORODA, 2017) defendendo a recreação como uma forma de "educar a criançada" nas praças da cidade. Gaelzer planejou a construção dos Jardins de Recreio em locais próximos às escolas, já que isso "servia nas horas em que esta não funcionava, de centro de recreação pública da juventude e ponto de reunião social de adultos do bairro" (CUNHA; MAZO; STIGGER, 2010).

MARCO DOIS

O segundo marco trata-se da institucionalização do Serviço de Recreação Pública (SRP). Amaral (2001b) analisa as leis que criaram o SRP em 1950 (Leis 500 e 501/1950). Elas criam, respectivamente, o SRP e como o serviço seria financiado. O SRP era constituído por um "Chefe do SRP" e por um conselho composto por seis representantes sem remuneração para a função. A autora cita, também, a origem dos recursos que seriam provenientes diretamente de impostos municipais. No mesmo estudo, a autora nos mostra que havia uma certa centralização de poder, pois o SRP era diretamente vinculado ao gabinete do prefeito. Assim, a escolha do Chefe do serviço, assim como a escolha do conselho era realizada pelo prefeito (AMARAL, 2001b).

As legislações acima citadas formalizam o investimento do professor Gaelzer nesta política pública. Tal investimento foram dando contornos aos serviços públicos que proporcionavam atividades esportivas, educativas, recreativas e de lazer.

Em 1955, a Lei nº 1413 reformulou o SRP, criando a Secretaria de Educação e Cultura⁴. Amaral (2001b), avalia que tal mudança teve um caráter restritivo, denotou um direcionamento

⁴ A Divisão de Cultura Popular e a Superintendência do Ensino Municipal foram setores criados na Secretaria de Educação e Cultura, antes eram setores de Jardins de Infância e de Cultura do SRP.



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

acerca da recreação pública, pois restou ao SPR organizar os setores esportivos. Segundo a autora, isso “significou um retrocesso em termos de abrangência conceitual das propostas”.

MARCO TRÊS

O terceiro marco por nós destacado ocorre na década de 1970, com a criação dos Centros de Comunidade que, de certa maneira, tencionaram a forma como as políticas públicas na área do esporte e do lazer estavam organizadas. É isso que afirma Wernerck (2002, p.128), quando aponta que

Os “Centros de Comunidade” não se enquadravam em nenhum setor. Eles não tinham nem o perfil do Serviço de Recreação Pública, nem o da Divisão de Cultura. Havia assim um problema de identidade desta nova proposta que a secretaria estava oferecendo.

Esta proposta não cabia no SRP, assim foi necessário aprender como administrar esses centros. Com esta ambição, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre formalizou um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que criou um Centro de Estudos do Lazer (CELAR).

Com base em dados analisados na sua pesquisa que estudou o Centro de Comunidade da Vila Elisabeth, Molina (2004) aponta que os gestores municipais verificaram a necessidade de dispor de pessoal preparado para trabalhar nos Centros. Nesse sentido, o fato deste Centro ter sido inaugurado dentro do período do CELAR contribuiu positivamente para a construção do trabalho do centro que foi desenvolvido sob uma orientação clara referente à ação e às pretensões político-pedagógicas, que serviam de orientação para o trabalho voltado ao lazer.

Primeiramente foi organizado um grupo para pensar a forma de gerir os Centros de Comunidade, posteriormente, esse grupo avançou para a proposta do CELAR. A iniciativa para criação do CELAR foi da professora Zilah Totta, que estabeleceu o convênio entre a Prefeitura de Porto Alegre e a PUCRS. Este centro tinha três objetivos: o curso de especialização, o convênio com a Prefeitura a fim de auxiliar no funcionamento dos Centro de Comunidade, e a pesquisa sobre a temática do lazer (AMARAL, 2001b). O CELAR foi pensado vinculado aos Centros de Comunidade, o que se manteve até o momento em que a PUCRS por ele se desinteressou. Assim, o CELAR funcionou de 1973 a 1978 (WERNECK, 2002).

No seu estudo, a professora Rosane Molina (2004) também buscou mostrar a forma como uma comunidade periférica se apropriou “de um espaço público destinado para



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

operacionalizar políticas de lazer, nos anos 70 e 80”. Segundo a autora, a partir do projeto “Centros de Comunidade”, o governo buscava o desenvolvimento comunitário por meio de estratégias de participação popular.

Ela ainda relata que “O projeto Centro de Comunidade foi sustentado por três diferentes ideários: o esportivismo mundial e nacional (período 1969-1974); as proposições da educação física popular e a pedagogia do lazer (período 1975-1977) (MOLINA, 2004). A autora acrescenta que até 1977, os funcionários, dirigentes e educadores que trabalhavam no CECOVE receberam formação continuada de forma sistemática fortalecendo o pensamento e as ações do grupo de trabalho em torno do lazer como instrumento de transformação social.

MARCO QUATRO

O quarto marco refere-se ao final da década de 1980 e década de 1990. No contexto nacional a Constituição de 1988, considerada como a constituição cidadã, passou a vigorar e com ela o esporte passa a ser considerado direito social. Em Porto Alegre, a coligação Frente Popular (FP), composta por partidos de esquerda, vence as eleições e permanece no governo por quatro mandatos consecutivos. Estes fatos se tornam importantes pois, ao projeto de governo da FP, foi implementado “o Lazer e o Esporte” como direito social. A Carta de Princípios desenvolvida no I Encontro de Administrações Petistas Ligadas ao Esporte, e as Diretrizes para o Trabalho da Supervisão de Esportes e Recreação Pública (SERP), documentos analisados por Stigger (1992), orientaram os gestores públicos no campo do esporte e do lazer. Segundo o autor, nos referidos documentos o lazer e esporte são percebidos como direitos sociais, nesse sentido, visam a democratização do acesso ao lazer, ao esporte e aos equipamentos, a ampliação da participação nas praticas corporais e a compressão dos seus significados.

A partir dos dados apresentados por Santos (2003), na primeira gestão da Frente Popular houve um debate acerca da democratização e da ampliação de acesso do esporte e do lazer na cidade. A segunda gestão foi marcada pela criação da Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer (SME). O autor deixa evidente que houvera um aumento no capital político do esporte e do lazer, pois o status de secretaria proporcionava mais autonomia nas decisões e um lugar de disputa política igual às outras políticas públicas municipais. Na terceira gestão a



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

articulação com as lideranças comunitárias foi mais efetiva, principalmente por meio do setor de assessoria comunitária que conseguiu buscar as necessidades das comunidades e traduzi-las aos coordenadores e professores das Unidades Recreativas. Nesta gestão os equipamentos esportivos da Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), assim como alguns professores que estavam lotados nesta fundação, foram incorporados à SME.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este texto, pretendemos iniciar a discussão acerca de uma certa política pública que foi apropriada pelos cidadãos de Porto Alegre. Nesse sentido, há uma ‘política de Estado’ que se deu inicialmente com o foco na educação e que avançou para o esporte e o lazer, se relacionando como direito social.

HISTORICAL FRAMES OF A CERTAIN PUBLIC STATE POLICY

ABSTRACT

Through four historical landmarks, selected from literature data, we sought to understand the contours attributed to the public policies of sport and leisure in Porto Alegre. We consider, in addition to government projects, that there is a state public policy in the field of sport and leisure in Porto Alegre.

KEYWORDS: *Public policies; Sport; Leisure.*

MARCOS HISTÓRICOS DE UNA CERCA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO

RESUMEN

Por medio de cuatro marcos históricos, seleccionados a partir de datos de la literatura, buscamos comprender los contornos atribuidos a las políticas públicas de deporte y de ocio en Porto Alegre. Consideramos, además de los proyectos de gobierno, que hay una política pública de Estado en el campo del deporte y del ocio en Porto Alegre.

PALABRAS CLAVES: *Política pública; Deporte; Ocio.*



IX CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE

VII CONGRESSO ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA

I CONGRESSO ESTADUAL DE ATIVIDADE
FÍSICA, SAÚDE E TREINAMENTO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, S. C. F. Espaços e vivências públicas de lazer em porto alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 109-21, set. 2001a.

AMARAL, S. C. F. Lazer/recreação: Estudos de memória na cidade de Porto Alegre - Uma proposta em andamento. *Licere*, BH, V.4, n.1, p.109-123, 2001b.

MAYBORODA, F. G. *Os Jardins de Recreio em Porto Alegre/RS: uma análise da relação entre a política pública e a constituição de uma Educação na República (1920 a 1950)*. 149 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. UNISINOS, São Leopoldo, 2017.

MOLINA, R. M. K. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos. *Movimento*, Porto Alegre, v.10, n.2, p.11-37, maio/agosto, 2004.

SANTOS, H. T. DOS. *A democratização do esporte e lazer em porto alegre: um estudo das políticas públicas no período de 1989 a 2000*. 135 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano. UFRGS, Poa, 2003.

PESAVENTO, S. J. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. 2ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

STIGGER, M. P. *Administração de parques públicos e democracia: Um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática*. 153 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

WERNECK, C. Trajetória do primeiro centro de estudos de lazer no Brasil (1973-1978): conversando com Andréa Bonow. *Licere*, BH, v.5, n.1, p.127-133, 2002.